

## Açores têm a taxa de obesidade mais elevada do país e o menor consumo diário de legumes

Quase dois terços da população residente nos Açores com 18 ou mais anos tinham excesso de peso ou obesidade em 2025, segundo os resultados do Inquérito Nacional de Saúde (INS), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) no quarto trimestre do ano passado e divulgados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

De acordo com os dados do inquérito, 128,9 mil residentes na Região Autónoma dos Açores (RAA) com 18 ou mais anos apresentavam um índice de massa corporal igual ou superior a 25 kg/m<sup>2</sup>, o que corresponde a 63,7% desta população. O valor inclui 75,1 mil pessoas em situação de pré-obesidade, representando 37,1%, e 53,8 mil pessoas com obesidade, o equivalente a 26,6%.

O mesmo levantamento indica que 70,7 mil açorianos adultos tinham, em 2025, um peso considerado normal, correspondendo a 34,9% da população residente com 18 ou mais anos. O índice de massa corporal é o indicador utilizado internacionalmente para classificar o peso da população adulta, sendo calculado a partir da relação entre o peso e a altura. No inquérito, a pré-obesidade corresponde a valores entre 25 e 29 kg/m<sup>2</sup> e a obesidade a valores iguais ou superiores a 30 kg/m<sup>2</sup>.

Além do excesso de peso, o Inquérito Nacional de Saúde traça um retrato mais alargado dos determinantes de saúde e de algumas doenças crónicas

na população açoriana. Em 2025, 40,9 mil residentes nos Açores com 15 ou mais anos eram fumadores, o que representa 19,5% desta faixa etária. A grande maioria dos fumadores fazia-o diariamente: 38,1 mil pessoas, correspondentes a 18,1% da população com 15 ou mais anos.

Em sentido contrário, 165,4 mil residentes com 15 ou mais anos não eram fumadores, o equivalente a 78,7%. Dentro deste grupo, 120,7 mil pessoas nunca tinham fumado, representando 57,4%, enquanto 44,7 mil eram ex-fumadores, correspondendo a 21,3%.

O consumo de bebidas alcoólicas também surge com expressão relevante. Considerando os 12 meses anteriores à entrevista, 132,1 mil residentes nos Açores com 15 ou mais anos consumiram bebidas alcoólicas, o que equivale a 62,8% da população nesta faixa etária. Entre estes, 21,9 mil declararam consumo diário, correspondente a 10,4%; 35,9 mil referiram consumo semanal, equivalente a 17,1%; 40,2 mil consumo mensal, representando 19,1%; e 34,1 mil consumo ocasional, o equivalente a 16,2%.

Por outro lado, 18,5 mil residentes, ou 8,8%, indicaram não ter consumido bebidas alcoólicas nos 12 meses anteriores à entrevista, enquanto 54,8 mil pessoas, correspondentes a 26,0%, afirmaram nunca ter consumido bebidas alcoólicas.

Na autoapreciação da saúde oral,



121,3 mil residentes nos Açores com 15 ou mais anos consideravam a sua saúde oral muito boa ou boa, representando 57,7% da população. Outros 66,2 mil classificaram-na como razoável, o equivalente a 31,5%, enquanto 20,6 mil pessoas, ou 9,8%, avaliaram a sua saúde oral como má ou muito má.

No capítulo das doenças crónicas, as dores lombares ou outros problemas crónicos nas costas foram a condição mais referida pela população açoriana com 15 ou mais anos. Em 2025, 73,4 mil pessoas indicaram sofrer deste problema, correspondendo a 34,9%. Seguiram-se a hipertensão arterial, referida por 59,2 mil pessoas, ou 28,2%, e o colesterol elevado, assinalado por 56,7 mil residentes, equivalente a 27,0%.

O inquérito revela ainda que 49,2 mil residentes, correspondentes a

23,4%, referiram dores cervicais ou outros problemas crónicos no pescoço. A artrose foi indicada por 38,6 mil pessoas, representando 18,3%, e as alergias por 37,2 mil, o equivalente a 17,7%. A depressão foi referida por 32,5 mil residentes com 15 ou mais anos, correspondendo a 15,5%, enquanto a diabetes abrangia 26,2 mil pessoas, ou 12,5%.

O Inquérito Nacional de Saúde 2025 teve como objetivo caracterizar a população residente com 15 ou mais anos em três grandes domínios: estado de saúde, cuidados de saúde e determinantes de saúde relacionados com estilos de vida. Segundo a nota metodológica do destaque, as respostas foram recolhidas entre setembro e dezembro de 2025 através de entrevistas presenciais, entrevistas telefónicas e via web.

## Açores acolheram curso internacional sobre “crime azul” e segurança marítima no Atlântico

Ponta Delgada acolheu, entre 1 e 4 de Junho de 2026, a sexta edição do Maritime Security Course, uma iniciativa do Atlantic Centre dedicada este ano ao tema “Blue Crime: Transnational Challenges in the Atlantic”, identificado pela Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM) como “Crime Azul: Desafios Transnacionais no Atlântico”. O curso reuniu participantes de vários pontos da bacia marítima atlântica para debater ameaças emergentes, reforçar a cooperação entre instituições e procurar respostas comuns para os desafios de segurança marítima no Atlântico.

Segundo o portal da Defesa Nacional, o VI Maritime Security Course foi organizado pelo Atlantic Centre em Ponta Delgada, nos Açores, tendo como eixo central a reflexão sobre o chamado “crime azul”, conceito associado a actividades ilícitas no mar e em zonas costeiras, com impacto directo na segurança marítima, na governação dos espaços oceânicos e na capacidade de resposta dos Estados.

A edição deste ano partiu do reconhecimento de que as ameaças no domínio marítimo assumem hoje uma dimensão cada vez mais transnacional. Entre os fenómenos enquadrados neste debate



Foto@www.dgpm.mm.gov.pt

estão a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a pirataria marítima, o assalto à mão armada no mar, o tráfico ilícito de droga, o tráfico de pessoas e os crimes ambientais. O Atlantic Centre sublinha ainda que os avanços tecnológicos podem ser explorados por actores não estatais para actividades ilegais, aumentando a complexidade das respostas exigidas às autoridades nacionais e internacionais.

O curso teve como objectivo disponibilizar ferramentas conceptuais para uma melhor compreensão dos desafios marítimos multidimensionais e para

o reforço de capacidades, da resiliência regional e da cooperação no espaço atlântico. A iniciativa procurou também promover soluções compatíveis com o direito internacional, os direitos humanos e a dignidade em contextos ligados ao domínio marítimo.

A organização envolveu, além do Atlantic Centre, o Maritime Analysis and Operation Centre – Narcotics (MAOC(N)), a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), a Polícia Judiciária (PJ), o Instituto da Defesa Nacional (IDN), o Gulf of Guinea Maritime Institute, o United Nations

Office on Drugs and Crime e o United Nations Institute for Training and Research, entre outros parceiros.

De acordo com a informação divulgada no portal da Defesa Nacional, o curso previa 30 vagas e destinava-se a oficiais das Forças Armadas, funcionários públicos superiores, investigadores, académicos, representantes de organizações não governamentais, organizações internacionais e profissionais com experiência e responsabilidades na área da segurança marítima.

A formação foi ministrada integralmente em inglês e dirigida a nacionais de países atlânticos ou a profissionais a trabalhar em Estados da bacia atlântica.

A Direcção-Geral de Política do Mar, que participou na iniciativa, destacou que esta edição constituiu uma oportunidade para discutir os principais desafios e ameaças emergentes, bem como para promover abordagens colaborativas e soluções partilhadas para a segurança marítima. A realização do curso nos Açores reforça a centralidade geográfica e estratégica do arquipélago nas discussões sobre a segurança do Atlântico, num contexto em que o mar é simultaneamente espaço de circulação, cooperação, recursos e risco.